

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, consequências e responsáveis pelos desaparecimentos de crianças e adolescentes no Brasil no período de 2005 a 2007 (CPI-DESA).

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO N° DE 2009 (da Sra. Andreia Zito)

Solicita que seja convocado o Senhor Ricardo Balestreri – Secretário Nacional de Segurança Pública para prestar esclarecimentos sobre o funcionamento da SENASP no combate aos fatos investigados por esta Comissão.

Senhora Presidenta,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 58, § 3°, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para que seja convocado o Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Ricardo Balestreri para prestar esclarecimentos sobre a atuação da SENASP no combate aos fatos investigados por esta Comissão.

JUSTIFICAÇÃO

Nos depoimentos já prestados a esta CPI, as delegacias são sempre citadas como a "primeira porta que o cidadão bate" no momento do fato do desaparecimento, acompanhamento e esperança de possível solução do mesmo.

Portanto, é de suma importância para esta CPI conhecer que estrutura possui a rede de segurança pública do país, principalmente no que se refere ao

1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

funcionamento das polícias federais, militares e civis com relação ao desaparecimento de crianças e adolescentes.

Além de conhecer a ação efetiva e dificuldades apontadas será interessante conhecer sobre as causas, consequências e responsáveis dos problemas apontadas pela ação de Estado desenvolvida pela SENASP.

Por sua vez, a SENASP é o órgão normativo que junto às Secretarias Estaduais de Segurança Pública e junto aos órgãos policiais: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícias militares e civis articulados aos Conselhos Regionais, estruturas fundamentais para a formação da rede nacional de proteção das pessoas desparecidas nos aspectos de sugestão de mudança de legislação e formulação de aprimoramento das políticas públicas existentes.

Sala da Comissão, de setembro de 2009.

Deputada Andreia Zito